# RESOLUÇÃO N° 26, DE 6 DE JUNHO DE 2012.

Dispõe sobre o registro de arquitetos e urbanistas, brasileiros ou estrangeiros portadores de visto permanente, diplomados por instituições de ensino estrangeiras, nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), e dá outras providências.

O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR), no exercício

das competências e prerrogativas de que tratam o art. 28, inciso I da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e os artigos 15 e 29, inciso III do Regimento Geral Provisório, com vistas a dar cumprimento às disposições dos artigos 5°, 14, inciso II e 34, inciso V da mesma Lei e de acordo com a deliberação adotada na Sessão Plenária Ordinária n° 7, realizada nos dias 5 e 6 de junho de 2012;

RESOLVE:

# CAPÍTULO I

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1° Os procedimentos para o registro profissional de arquitetos e urbanistas, brasileiros ou estrangeiros portadores de visto permanente, diplomados por instituições de ensino superior estrangeiras, nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) são fixados nesta Resolução.

# CAPÍTULO II DO REGISTRO

Art. 2° O registro profissional do arquiteto e urbanista constitui a habilitação para o exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo e deverá ser feito no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado ou do Distrito Federal (CAU/UF) da Unidade da Federação em que se localizar o domicílio do profissional.

Parágrafo único. O registro a que se refere este artigo é válido em todo o território nacional, efetivando-se a partir da anotação das informações constituintes do cadastro do arquiteto e urbanista no Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU) de que trata Resolução própria do CAU/BR.

~~Art. 3° As atividades, atribuições e campos de atuação dos arquitetos e urbanistas referidos~~ ~~nesta Resolução são aqueles definidos na Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e nas~~

~~Resoluções do CAU/BR que tratam da matéria, respeitadas as restrições estabelecidas pelo~~ ~~CAU/BR~~.

Art. 3° As atividades, atribuições e campos de atuação dos arquitetos e urbanistas referidos nesta Resolução são aqueles definidos na Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e nas Resoluções do CAU/BR que tratam da matéria. (Redação dada pela Resolução CAU/BR n° 63, de 2013)

# CAPÍTULO III

**DO REQUERIMENTO DE REGISTRO PROFISSIONAL**

~~Art. 4° O registro, no CAU/UF, de arquiteto e urbanista, brasileiro ou estrangeiro portador de~~ ~~visto permanente, diplomado por instituição de ensino superior estrangeira, deve ser requerido~~ ~~por meio de formulário próprio disponível no SICCAU.~~

Art. 4° O registro, no CAU/UF, de arquiteto e urbanista, brasileiro ou estrangeiro portador de visto permanente, diplomado por instituição de ensino superior estrangeira, deve ser requerido por meio de formulário próprio disponível no SICCAU (Anexo I-A), ou pessoalmente, no atendimento do CAU/UF, caso seja do interesse do requerente. (Redação dada pela Resolução CAU/BR nº 87, de 2014)

~~§ 1° O requerimento de registro deverá ser instruído, obrigatoriamente, com arquivos digitais~~ ~~dos seguintes documentos:~~

§ 1° No ato de requerimento de registro, o interessado deverá apresentar os seguintes documentos em arquivos digitalizados: (Redação dada pela Resolução CAU/BR nº 87, de 2014)

~~a) diploma de arquiteto e urbanista, obtido em instituição de ensino estrangeira e revalidado na forma da lei;~~

1. diploma de arquiteto e urbanista obtido em instituição de ensino estrangeira legalizado pela autoridade consular brasileira, acompanhado da respectiva tradução juramentada; (Redação dada pela Resolução CAU/BR nº 87, de 2014)

a-1) ato de revalidação do diploma por instituição de ensino superior pública, nos termos da legislação em vigor; (Incluída pela Resolução CAU/BR nº 87, de 2014)

1. ~~histórico escolar, com indicação da carga horária das disciplinas cursadas;~~

~~b) histórico escolar com indicação da carga horária das disciplinas cursadas, legalizado pela autoridade consular brasileira, acompanhado da respectiva tradução juramentada; (Redação dada pela Resolução CAU/BR nº 87, de 2014)~~

1. histórico escolar com indicação da carga horária das disciplinas cursadas, legalizado pela autoridade consular brasileira; (Redação dada pela Resolução CAU/BR nº 123, de 2016)
2. ~~documento comprobatório do conteúdo programático das disciplinas cursadas;~~ (Revogada pela Resolução CAU/BR n° 63, de 2013)

~~c-1) documento comprobatório do conteúdo programático das disciplinas cursadas, legalizado~~ ~~pela autoridade consular brasileira, acompanhado da respectiva tradução juramentada; (Incluída~~ ~~pela Resolução CAU/BR nº 87, de 2014)~~

c-1) documento comprobatório do conteúdo programático das disciplinas cursadas, legalizado pela autoridade consular brasileira; (Redação dada pela Resolução CAU/BR nº 123, de 2016)

1. ~~documento comprobatório da carga horária total e do tempo de integralização do curso;~~ (Revogada pela Resolução CAU/BR n° 63, de 2013)

~~d-1) documento comprobatório da carga horária total e do tempo de integralização do curso,~~ ~~legalizado pela autoridade consular brasileira, acompanhado da respectiva tradução~~ ~~juramentada; (Incluída pela Resolução CAU/BR nº 87, de 2014)~~

d-1) documento comprobatório da carga horária total e do tempo de integralização do curso, legalizado pela autoridade consular brasileira; (Redação dada pela Resolução CAU/BR nº 123, de 2016)

1. ~~carteira de identidade ou Registro Nacional de Estrangeiro (RNE);~~
2. carteira de identidade ou Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) dentro do prazo de validade e com classificação permanente; (Redação dada pela Resolução CAU/BR nº 87, de 2014)
3. ~~prova de autorização para permanência definitiva no Brasil, no caso de estrangeiro~~; (Revogada pela Resolução CAU/BR n° 87, de 2014)
4. comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
5. comprovante de residência no Brasil;
6. ~~uma fotografia frontal, em cores, nos padrões especificados no SICCAU~~. (Revogada pela Resolução CAU/BR n° 63, de 2013)

§ 2° Quando se tratar de arquitetos e urbanistas brasileiros, natos ou naturalizados, além dos itens listados no parágrafo anterior, devem acompanhar o requerimento de registro os arquivos digitais dos seguintes documentos:

1. título de eleitor;
2. comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral; e,
3. comprovante de quitação com o Serviço Militar, para os profissionais do sexo masculino.

~~§ 3° Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela autoridade consular brasileira,~~ ~~devem ser traduzidos para o vernáculo, por tradutor público juramentado, nos termos da~~ ~~legislação em vigor~~. (Revogado pela Resolução CAU/BR n° 87, de 2014)

§ 4° O estrangeiro portador de visto permanente no Brasil, cuja cédula de identidade esteja em processamento, deve anexar ao requerimento de registro os arquivos do protocolo expedido pelo Departamento de Polícia Federal e do ato publicado no Diário Oficial da União que autoriza sua permanência no País.

§ 5º Sem prejuízo da tramitação do requerimento de registro e da sua conclusão quando atendidos os requisitos previstos no § 1º deste artigo, o CAU/UF solicitará ao requerente a tradução para o vernáculo dos documentos indicados nas alíneas b, c-1 e d-1 do § 1º, que poderá ser sob a forma de uma tradução não juramentada. (Incluído pela Resolução CAU/BR nº 123, de 2016)

§ 6º Não se requisitará a tradução dos documentos mencionados no § 5º quando emitidos em língua espanhola. (Incluído pela Resolução CAU/BR nº 123, de 2016)

§ 7º É dispensada a tradução juramentada dos diplomas de graduação expedidos por instituições de ensino superior estabelecidas nos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). (Incluído pela Resolução CAU/BR nº 123, de 2016)

# CAPÍTULO IV

**DA APRECIAÇÃO DO REQUERIMENTO DE REGISTRO**

~~Art. 5° Apresentado o requerimento de registro devidamente instruído, o CAU/UF deverá~~ ~~conferir os documentos apresentados pelo interessado e compilar as informações em formulário~~ ~~próprio disponível no SICCAU, que deverá adotar o modelo matricial do Anexo I~~.

~~Art. 5° Apresentado o requerimento de registro devidamente instruído, o CAU/UF deverá~~ ~~conferir os documentos e informações inseridos pelo interessado em campos específicos no~~ ~~SICCAU, que deverão seguir a relação descrita no Anexo I. (Redação dada pela Resolução~~ ~~CAU/BR n° 63, de 2013)~~

Art. 5° O CAU/UF deverá conferir os documentos apresentados pelo interessado e compilar as informações em formulário próprio disponível no SICCAU, que deverá adotar o modelo matricial do Anexo II. (Redação dada pela Resolução CAU/BR n° 87, de 2014)

~~§ 1° Após a compilação, o processo eletrônico deverá ser encaminhado para análise e~~ ~~apreciação da Comissão de Ensino e Formação do CAU/UF, ou, na falta desta, sucessivamente,~~ ~~da comissão com competência para a matéria, ou do Plenário, e posterior homologação da~~ ~~Comissão de Ensino e Formação do CAU/BR~~.

~~§ 1° Após conferência e aceite dos documentos e informações, o processo eletrônico deverá ser~~ ~~encaminhado para análise e apreciação da Comissão de Ensino e Formação do CAU/UF, ou, na~~ ~~falta desta, sucessivamente, da comissão com competência para a matéria, ou do Plenário, e~~ ~~posterior homologação da Comissão de Ensino e Formação do CAU/BR. (Redação dada pela~~ ~~Resolução CAU/BR n° 63, de 2013)~~

§ 1° Concluída a conferência e a compilação, o processo eletrônico deverá ser encaminhado para análise e apreciação da Comissão de Ensino e Formação do CAU/UF, ou, na falta desta, sucessivamente, da comissão com competência para a matéria, ou do Plenário do CAU/UF, seguindo para análise e deliberação da Comissão de Ensino e Formação do CAU/BR e posterior homologação pelo Plenário do CAU/BR, quando indeferidos, conforme competências Regimentais~~, sendo este o competente para deferir ou revogar o registro~~. (Redação dada pela Resolução CAU/BR n° 139, de 28 de abril de 2017)

~~§ 2° O campo relativo ao histórico escolar deverá ser preenchido confrontando-se os programas~~ ~~ou conteúdos curriculares cursados pelo interessado, com os componentes curriculares nas~~ ~~diretrizes curriculares nacionais de Arquitetura e Urbanismo~~. (Revogado pela Resolução CAU/BR n° 63, de 2013)

§ 2°-A. O formulário do Anexo II deverá ser preenchido confrontando-se os programas ou conteúdos curriculares cursados pelo interessado com os componentes curriculares previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Arquitetura e Urbanismo. (Incluído pela Resolução CAU/BR nº 87, de 2014)

~~§ 3° Após a homologação do registro pela Comissão de Ensino e Formação do CAU/BR, será~~ ~~efetivado no SICCAU o registro do interessado.~~

§ 3° Após ~~a homologação do~~ deliberação favorável ao registro ~~pelo Plenário~~ pela Comissão de Ensino e Formação do CAU/BR, o CAU/UF efetivará o registro do interessado no SICCAU. (Redação dada pela Resolução CAU/BR n° 139, de 28 de abril de 2017)

Art. 5°-A. O processo de registro deverá seguir os procedimentos e despachos definidos no Anexo III dessa Resolução. (Incluído pela Resolução CAU/BR nº 87, de 2014)

# CAPÍTULO V

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

~~Art. 6° Caso seja necessário confirmar a autenticidade do diploma revalidado, o CAU/UF~~ ~~solicitará à instituição de ensino superior expedidora do documento a emissão de prova, por~~ ~~meio de atestado digital com certificação do emitente, ou equivalente, que deverá ser~~ ~~acompanhada do original do diploma.~~

Art. 6° Caso seja necessário confirmar a autenticidade do diploma revalidado, o CAU/UF solicitará ao interessado a apresentação de prova, por meio de atestado fornecido pela instituição de ensino emitente. (Redação dada pela Resolução CAU/BR n° 87, de 2014)

~~Art. 7° A interrupção, a suspensão e o cancelamento do registro de arquitetos e urbanistas~~ ~~diplomados por instituições de ensino estrangeiras deverão obedecer ao estabelecido em~~ ~~Resolução própria do CAU/BR.~~

Art. 7° O registro concedido ao profissional estrangeiro terá validade vinculada à data de expiração do RNE. (Redação dada pela Resolução CAU/BR n° 87, de 2014)

Parágrafo único. A reativação do registro profissional será automática mediante a apresentação de novo documento de identidade com validade vigente. (Incluído pela Resolução CAU/BR nº 87, de 2014)

Art. 8° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de junho de 2012.

# HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ

Presidente do CAU/BR

(Publicada no Diário Oficial da União, Edição n° 189, Seção 1, de 1° de outubro de 2014)

# ANEXO I

~~(Redação dada pela Resolução CAU/BR n° 63, de 2013)~~ (Revogado pela Resolução CAU/BR n° 87, de 2014)

|  |  |
| --- | --- |
| **~~1 - IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO~~** | |
| ~~Nome completo~~ |  |
| ~~Nacionalidade~~ |  |
| ~~Naturalidade~~ |  |
| ~~Data de nascimento~~ |  |
| ~~Identidade de estrangeiro~~ |  |
| ~~CPF~~ |  |
| ~~Endereço completo de residência~~  ~~no Brasil~~ |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **~~2 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL~~** | |
| ~~Instituição de formação~~ |  |
| ~~Curso de formação~~ |  |
| ~~Cidade~~ |  |
| ~~País~~ |  |
| ~~Data de expedição do diploma~~ |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **~~3 - REVALIDAÇÃO DO DIPLOMA~~** | |
| ~~Instituição de revalidação¹~~ |  |
| ~~Cidade~~ |  |
| ~~UF~~ |  |
| ~~Data de expedição~~ |  |

1. ~~De acordo com o disposto no art. 48, § 2º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e na Resolução CNE/CES n° 1, de 2002, alterada pela Resolução CNE/CES n° 8, de 2007, concedendo ao interessado o equivalente ao diploma de Arquiteto e Urbanista.~~

|  |
| --- |
| **~~4 - DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA ANÁLISE – Profissionais brasileiros, diplomados por Instituições de Ensino Superior Estrangeiras~~** |
| ~~Título de eleitor~~ |
| ~~Quitação eleitoral~~ |
| ~~Quitação com o serviço militar~~ |

# ANEXO I-A

(Incluído pela Resolução n° 87, de 2014)

|  |  |
| --- | --- |
| **MODELO MATRICIAL PARA REQUERIMENTO DE REGISTRO DE**  **DIPLOMADOS EM IES ESTRANGEIRAS NO SICCAU** | |
| **1 – IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO** | |
| Nome completo |  |
| Nacionalidade |  |
| Naturalidade |  |
| Data de nascimento |  |
| Identidade de estrangeiro |  |
| CPF |  |
| Endereço completo de residência no Brasil |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **2 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL** | |
| Instituição de formação |  |
| Curso de formação |  |
| Cidade |  |
| País |  |
| Data de expedição do diploma |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **3 – REVALIDAÇÃO DO DIPLOMA** | |
| Instituição de revalidação (1) |  |
| Cidade |  |
| UF |  |
| Data de expedição |  |

* 1. De acordo com o disposto no art. 48, § 2º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e na Resolução CNE/CES nº 1, de 2002, alterada pela Resolução CNE/CES nº 8, de 2007, concedendo ao interessado o equivalente ao diploma de Arquiteto e Urbanista.

# RESOLUÇÃO Nº 26, DE 6 DE JUNHO DE 2012 ANEXO II

(Incluído pela Resolução n° 87, de 2014)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **MATRIZ CURRICULAR DE ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DE CURSO (2)** | | | |
| **Conteúdos Curriculares Mínimos (3)** | | **Histórico escolar do curso estrangeiro** | |
| **Disciplinas** | **Carga**  **Horária** |
| **Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação** | Estética e história das artes |  |  |
| Estudos sociais e  econômicos |  |  |
| Estudos ambientais |  |  |
| Desenho e meios de  representação e expressão |  |  |
| **Subtotal** | | |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Núcleo de Conhecimentos Profissionais** | Teoria e história da arquitetura, do urbanismo  e do paisagismo |  |  |
| Técnicas retrospectivas |  |  |
| Projeto de arquitetura |  |  |
| Projeto de urbanismo |  |  |
| Projeto de paisagismo |  |  |
| Tecnologia da construção |  |  |
| Sistemas estruturais |  |  |
| Conforto ambiental |  |  |
| Topografia |  |  |
| Informática aplicada a  arquitetura e urbanismo |  |  |
| Planejamento urbano e  regional |  |  |
| **Subtotal** | | |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Trabalho de Curso** |  |
| **Atividades Complementares** |  |
| **Estágios Curriculares Supervisionados** |  |
| **Subtotal** |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Exigências cumpridas na revalidação** |  |
| **Subtotal** |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Matérias sem correspondência nos cursos nacionais** |  |
| **Subtotal** |  |

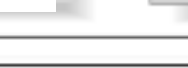
|  |  |
| --- | --- |
| **Total da carga horária (4)** |  |

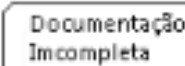
* 1. Nos termos do art. 6º, inciso III da Resolução CNE/CES nº 1 de 28 de janeiro de 2002.
  2. Conforme disposto no art. 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo – Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010, que fundamentam o art. 2º da Lei 12.378/2010.
  3. Carga horária mínima de 3.600 horas, conforme disposto na Resolução CNE nº 2, de 18 de junho de 2007.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

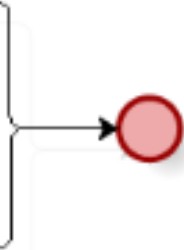
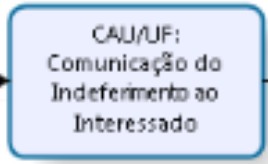
**RESOLUÇÃO Nº 26, DE 6 DE JUNHO DE 2012 ANEXO III**

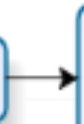


|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | | | | |
| SGt.t - CALVBR  Clénm **t**  **enca lrihamento** | | \_ |  | .. | Asse" º " ' da C.EF CAU/BR: · • n óli s con ter n@ c la do  **P fOO!U O** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | ASsesso d Clif ­ CAU/ R: Soho *çõo* de complemen tação por e.m, 11 |  | CAU IUF:  Compl m nt,,;;io po,  mall dos  doeu • tos tat1r11l:1 |
|  |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | ,\_ | **( aso scJa doin resa do rt que**  **01dow rncnto 1p ser**  a,p esentadospessoatllerl:! *ro*  **ate ndimento do OU,Uf**  INTERESS>DO:  **Requ t rimenta de i.sbo**  ..., (Ane xo 1-AJ **t** an c,r.,ção dos  documento, dlgltltz.<los no SICCAU  **[**  C EF-CAUJBR:  **A r i!:C4l o em**  **reunião d.i corrb.00** | lNTI: RESSl'DO:  **Comp l, mcn ç; o do>**  documcn *s* n o !!COO  CAU/UF:  Con t r!no d  docmu entaç!fo  **oderéo s r p utados?Jpen, s**  **pc 1do l e profi 7(7Hl que**  a re sen tarem tollos os  **da ment as ne <Zn á tas**  lndt1er1mer10  **t fc nm n to** | **O pro c-e u o devcni::.cr**  cn111ado para o OU'!iR  exclusNa mente elo SKCAU  C,&JJ/UF souc arti o  **doi documi nl.o:s**  **Oow me oaçSo** p lo SIC U FRESIDÊti CIA DO  t comp l eta CAU/Uf : C1êno t  **encma nhamento**  **Doc:um n çio**  C ompleta CEF: CAU/UF:  **- - - --I M** -"l) oar cmR<urooo  **de c omlss; o**  Na • !ta des a,aap **t o,çlo**  **pod er4 >erfe i p o r Com**  **com conpc tncia p nam ti na**  **Todos os ,.ma ,b e**  corre sp o d! noas <'...W s,r  **.,n, xados aop uo**  Oorume taçSo **Co ord n•d Qf .**  c ompl eta CAUIBR: ln na  **Jl4 Ubt d<!. rt:Llli D**  **,o ist ·o**  Am ,i ono **do** af . SGM - **/8** : l'I .n no CAU/BR:  CRIJ8R: El ab orar • *ousão* na "" • ,',J)re 0aç30 em  **mu de**  **Dt hb 111 "oPl-n ·• R.e u n i 4oP Rcun ii o ' ril!I**  Ptesldé **a CA** / BR:  SGl-1-CAU/B R **Ciên o a e**  ***e*** cma inhma ento  Pre u dênci CAU/BR: /\JF: Ef tm tõo t  SG CAUtllR Cl l nd a e  **en mifthameftlo** Re Is | PRESCD ENCIA DO  CAU/BR: C1ên 00 |

Setor Comercial Sul (ses), Quadra 2, Bloco e - Ed. Serra Dourada, Salas 401 a 409 I CEP: 70.300 -902 Brasília/ DF I Tele fone: (61) 3204 -9500 11



[**www.caubr.gov**](http://www.caubr.gov/) **.br**